

Relator diz que governo não sabe o que quer

Planalto tenta modificar por completo a estrutura do projeto de rolagem para poder negociar caso a caso com Estados e municípios

JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES

A área econômica do governo não se entende quanto ao que deseja sobre a rolagem da dívida dos Estados. A interpretação é do relator do projeto de rolagem das dívidas estaduais, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), depois de várias reuniões com técnicos do Tesouro. Terça-feira, a pedido do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, Rigotto voltou a se reunir com os técnicos. Depois de quatro horas de debates, eles propuseram 18 emendas ao substitutivo, "que está pronto há 18 dias", diz o relator.

As emendas modificam por completo a estrutura do projeto, que havia sido intensamente negociada com parlamentares, técnicos de gover-

nos estaduais e mesmo do Ministério da Fazenda. "Agora, querem que mudem o que foi negociado", queixa-se o deputado. Irritado, ele afirma que poderá assumir seis ou sete das modificações sugeridas, mas não todas. Em conversa com o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), ontem, Rigotto se comprometeu a voltar a trabalhar no substitutivo, fazer novas consultas. Freire disse que vai pedir urgência para a questão da dívida no Congresso, mas ambos sabem que isso não ocorrerá antes de agosto.

Sinal verde — Ontem mesmo, Cardoso decidiu dar sinal verde ao pedido de urgência, depois das violentas críticas dos governadores Luiz Antônio Fleury Filho, Hélio Garcia e

Antônio Carlos Magalhães. Os Estados não querem ser responsabilizados por esse atraso, e o Congresso, segundo Rigotto, fez o seu papel. Para o deputado, quem está confuso na questão é o governo, que ainda não se decidiu se trata cada caso em particular ou tenta uma lei geral para todas as negociações.

Uma das modificações propostas muda inteiramente o sentido da nova lei. O substitutivo de Rigotto propõe: "Serão refinanciados os saldos devedores nos termos dessa lei...". A emenda sugerida pelos técnicos prescreve: "Podem ser refinanciados pela União..." O relator pondera que a palavra "poderão" dá ao Executivo a autoridade para negociar cada caso da maneira que lhe convier.